

Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade¹

Rosana Albuquerque (CEMRI - Universidade Aberta)

A imigração não é um fenómeno assexuado²

Ravenstein foi pioneiro na elaboração de um modelo explicativo das migrações, ainda no século XIX, desenvolvendo um conjunto de leis que sustentavam a explicação das migrações como uma combinação de factores de atracção e de repulsão (Rocha-Trindade et al. 1995, p. 73). De entre o conjunto de leis por ele elaboradas, uma delas refere-se directamente à migração feminina e postula que as migrações de curta distância são maioritariamente constituídas por mulheres (Morokvasic 1993, p. 459 e Rocha-Trindade et al. 1995, p. 73).

No entanto, apesar desta primeira análise das migrações não descurar o papel das mulheres no fenómeno migratório, a literatura científica até meados dos anos de 1970 analisava a imigração feminina no quadro das migrações familiares e não enquanto migração autónoma. Por um lado, tal é explicado pelo facto de até esta data, a imigração masculina ser claramente dominante. Isto apesar de alguns dos fluxos migratórios na Europa contarem já com uma população feminina significativa, como era o caso da emigração de Portugal, Espanha e Jugoslávia para França nos anos de 1960 e 1970 (Kofman 1999, p. 274) e da emigração de mulheres caboverdianas e filipinas para Itália, especialmente recrutadas para trabalharem como empregadas domésticas (De Filippo e Pugliese 2000, p. 58).

A visibilidade das mulheres enquanto migrantes resulta, por outro lado, do desencadear do processo de reagrupamento familiar, que coincidiu com o controlo e fecho de fronteiras entre 1973 e 1974 por parte dos tradicionais países de imigração, como a França e a Alemanha. Apesar destes países terem recrutado trabalhadores de modo temporário, na expectativa de que iriam regressar aos seus países de origem, assistiu-se à tendência oposta de fixação e crescimento das comunidades imigrantes. “*Trouxemos trabalhadores, chegaram seres humanos*” declarava um escritor suíço à época, ilustrando exemplarmente a mudança que se ia desenrolando nas sociedades europeias (citado por Morokvasic 1993, pp. 459-461; tradução nossa).

O desenvolvimento das perspectivas feministas nas ciências sociais ao longo de 1970 e início da década de 1980, veio introduzir nos estudos das migrações a análise da posição das mulheres na estrutura social e das relações de género. Uma revisão da literatura

¹ Texto publicado no livro SOS RACISMO (ed.) (2005) *Imigração e etnicidade: vivências e trajectórias de mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 37-49.

² Este título foi inspirado por uma afirmação de Dolores Juliano, antropóloga da Universitat Autònoma de Barcelona, entrevistada para um número especial da revista *Papers* dedicada à imigração feminina no sul da Europa (Juliano 2000, p. 382).

científica a partir dessa data, permite-nos hoje encontrar abordagens da dimensão feminina no quadro dos movimentos migratórios internacionais na Europa, novos olhares sobre a história das migrações que contrariam a “cegueira” das análises históricas sobre o papel das mulheres nestes processos e também estudos de caso sobre a imigração feminina no sul da Europa (King e Zontini 2000, p. 37).

Portugal tem também conhecido o progressivo crescimento da feminização da imigração e da participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho; na base dos projectos migratórios de mulheres encontram-se razões diversas, não sendo apenas o resultado da imigração do marido ou companheiro; a imagem da mulher que emigra só já não apresenta hoje uma carga negativa (Sertório e Pereira 2004, pp. 28-29).

A globalização económica e a re-estruturação dos mercados de emprego nacionais que tem atravessado os países da Europa ocidental desde finais do século XX tem sido um estímulo constante ao recrutamento de mão-de-obra feminina. Assim, estudar hoje os movimentos migratórios e as comunidades migrantes implica, necessariamente, desenvolver uma abordagem específica da situação, percursos e expectativas das mulheres imigrantes e ou de minorias nas sociedades europeias.

A interdependência entre pertença étnica, classe e género

Morokvasic, autora de uma das primeiras obras que se debruçou sobre a imigração feminina, defende que a posição das mulheres imigrantes e ou de minorias nas sociedades industriais desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder, sendo as mais importantes as relações de género e de classe e a relação entre estas mulheres e o estado-nação, seja enquanto imigrantes, estrangeiras ou minorias étnicas (Morokvasic 1993, p. 465).

As recentes abordagens feministas das migrações têm sido unânimes em salientar que a situação das mulheres passa por uma análise multidimensional que proceda à articulação das questões de género, de classe e de pertença étnica e da análise do modo como cada uma destas variáveis influencia as outras e, em simultâneo, é por elas influenciada. Assim, as vivências das mulheres imigrantes e ou de minorias – a sua posição no mercado de trabalho, as relações com a família, o seu grau de autonomia, de participação ou de inserção social – dependem da forma como estas variáveis se conjugam. Outras variáveis como a orientação sexual e a idade são também consideradas importantes para compreender a complexidade e pluralidade das trajectórias de cada mulher.

Sabemos que as sociedades estão organizadas em torno de relações hierárquicas de poder. Assim, o facto de uma sociedade apresentar uma divisão sexual do trabalho mais ou menos vincada, de existir uma distribuição mais ou menos desigual entre migrantes e não migrantes por determinados tipos de trabalho, ou se o trabalho doméstico e o cuidar dos filhos for predominantemente assegurado pelas mulheres por assim ser culturalmente esperado, mulheres e homens, migrantes ou não migrantes, de grupos étnicos minoritários ou do grupo étnico dominante, serão influenciados de modo diferente e irão ocupar uma posição específica no conjunto dessa estratificação social.

Cada pessoa possui deste modo um estatuto de maior ou menor privilégio, onde cada um dos traços que a caracterizam (sexo, idade, etc.) pode funcionar como factor de dominação ou de subordinação. Por exemplo, uma mulher portuguesa, branca, que nunca trabalhou por imposição familiar e que desde sempre teve a seu cargo a educação dos filhos e as tarefas domésticas, pode ter uma relação de subordinação face ao marido e, ao mesmo tempo, ter uma relação de dominação face a uma empregada doméstica caboverdiana ou ucraniana. Dito de outro modo, a posição dos grupos numa escala hierárquica de relações de poder é determinada pela conjugação de traços como a classe social, a etnicidade, a idade e o sexo; estes elementos não são apenas traços descritivos das identidades dos indivíduos nem os indivíduos são livres de escolher qual a posição que pretendem ocupar na estrutura social (Andersen 2001, p. 196).

Um estudo sobre a etnicização do trabalho doméstico e das empresas de limpeza em Lisboa e Madrid (Catarino e Oso 2000) põe em evidência a forma como a intersecção entre a pertença étnica, o género e a classe colocam as mulheres imigrantes numa complexa teia de discriminações, agindo sobre o acesso destas ao mercado de trabalho e condicionando as relações entre mulheres com posições hierárquicas diferentes: empregadoras versus empregadas, mulheres do grupo maioritário versus mulheres de minorias.

As investigadoras puderam observar que o acesso ao serviço doméstico em casas particulares, em Lisboa, por parte de mulheres imigrantes é marcado por categorias raciais e étnicas, traduzidas na prática por algumas patroas rejeitarem empregar mulheres africanas devido à associação desta imigração a bairros periféricos e a fenómenos de marginalidade (idem, p. 198). Por outro lado, as empregadas domésticas portuguesas e algumas patroas justificam a contratação de mulheres africanas por estas serem mais dóceis e submissas, estando dispostas a aceitar salários mais baixos se não tiverem a situação jurídica regularizada (ibidem, p. 199).

O estudo possibilitou identificar também um conjunto de discriminações resultantes de lógicas simbólicas de dominação, traduzidas pela forma como empregadas e patroas se referem à sua superiora ou trabalhadora. Por exemplo, as empregadas domésticas de origem angolana e caboverdiana em Lisboa tratam a patroa por “senhora X” ou por doutora, enquanto que a empregadora se refere à empregada por “minha filha” ou pelo nome próprio, independentemente das idades respectivas, o que, segundo as autoras, é uma forma das empregadoras acentuarem o seu estatuto de classe dominante e manterem com as trabalhadoras uma relação paternalista. Existem também diferenças de relacionamento consoante a classe social a que pertence a empregadora. Assim, pode observar-se que as profissionais de classe média estabelecem relações mais igualitárias, sendo frequente o uso do “tu” e do nome próprio entre empregadora e empregada, ao contrário do que acontece na classe alta, onde a empregada se refere à patroa sempre por “senhora” apesar de esta utilizar termos como “filha” ou “rapariga” (ibidem, p. 200).

No que respeita ao trabalho em empresas de limpeza, as investigadoras observaram que a discriminação étnica e de classe é exercida pela escolha apenas de portuguesas para a função de encarregadas e pela atribuição das tarefas mais pesadas e perigosas apenas às trabalhadoras africanas (ibid., pp. 203-204). Esta última situação é confirmada por um estudo sobre mulheres imigrantes em Portugal, onde uma imigrante guineense revela, em entrevista, que “*Quando o elevador não funcionava, tínhamos que ser nós a*

carregar as paletes na cabeça, para subir a escada. Só as africanas; as brancas, quando chegava a hora de fazer aquele trabalho, tiravam-nas do sítio onde a gente estava, mandavam para outro sítio como se fossem fazer um outro trabalho que a gente não sabia.” (Sertório e Pereira 2004, p. 94).

Os resultados de ambos os estudos confirmam que as mulheres imigrantes estão inseridas numa teia de relações de poder, onde as diferentes pertenças se conjugam de modo indissociável e contingente. Apesar de em determinadas relações todos os sujeitos em interacção serem mulheres, umas detêm mais poder do que outras e é essa assimetria de poder, situada numa sociedade marcada por desigualdades várias e uma estrutura social ainda assente em relações patriarcais, que possibilita que discriminação étnica e diferenciação classista estejam associadas e se influenciem reciprocamente.

Se as primeiras abordagens sobre o género puseram em relevo o papel desempenhado pelas relações patriarcais³ na subordinação das mulheres face aos homens, as perspectivas feministas actuais reforçam a convicção de que as relações patriarcais são condicionadas por outras formas de relação social, sendo necessário compreender como é que elas se articulam entre si. Novamente, a tónica é colocada no facto de que nenhuma destas variáveis é independente em relação às outras e de que a opressão de cada uma está presente e é influenciada pelas outras (Brah 2004, p. 112).

A investigação que tem vindo a ser desenvolvida por feministas negras (ver, por exemplo, Knowles & Mercer 1992, Sudbury 1998) tem participado neste esforço de procurar compreender a intersecção entre as questões raciais, de género e de classe e tem demonstrado que as experiências de racismo por parte de mulheres negras são diferentes das dos homens negros. Algumas investigadoras avançaram os conceitos de “*racismo sexualizado*” e de “*sexismo racializado*” para compreender a complexidade das discriminações de que as mulheres são alvo (Sudbury 1998, p. 39). O que estas abordagens feministas têm procurado acentuar é que a posição que cada mulher ocupa numa dada sociedade não é o resultado de uma simples soma ou multiplicação de tipos de discriminação, mas sim de um processo de interdependência permanente entre múltiplos factores. Defende-se assim que não podemos isolar a experiência do racismo da experiência do sexismo para compreender os fenómenos de opressão que afectam as mulheres de minorias étnicas.

A investigação recente tem também insistido na pluralidade de experiências que cada uma das categorias encerra, ou seja, a experiência de racismo ou de sexismo são vividas de modo diferente por mulheres diferentes. Quer a etnicidade, quer o género não são características estáticas herdadas biologicamente, antes pelo contrário, são características em construção (aquilo que a nível artístico muitas vezes se chama de “*work in progress*”), que variam de acordo com os contextos culturais, sociais, económicos, demográficos, históricos e ideológicos. A abordagem feminista defende também que mesmo a categoria “mulher” não é uniforme e o “ser-se mulher” varia

³ Aceita-se aqui a acepção de patriarcal apresentada por Brah, que reconhece, à semelhança de outras investigadoras, as limitações do termo patriarcal para explicar as formas de dominação masculina em relação à classe e ao racismo. O termo patriarcal refere-se então ao modo em que “*relaciones sociales particulares combinan una dimensión pública de poder, explotación o estatus con una dimensión de servilismo personal*” (Brah 2004, p. 111).

consoante as pertenças étnica e de classe (Davis in Sudbury 1998, p. 39), ao qual se deve acrescentar a orientação sexual e a idade.

Em suma, as intersecções entre racismo, classe social e género são relações historicamente contingentes (Brah 2004, p. 114).

A construção das identidades como processo relacional

Toda a análise anteriormente enunciada é coincidente com a contestação das abordagens essencialistas das identidades. Historicamente, as diferenças raciais e sexuais foram analisadas sob o prisma do determinismo biológico, pensamento científico dominante no século XIX, através do qual se atribuía aos indivíduos características específicas correlativas da sua natureza. Assim se justificou ao longo de vários séculos a inferioridade de todos os povos não europeus face aos europeus e das mulheres face aos homens.

As abordagens feministas afirmam, por oposição, que as identidades são contingentes, isto é, o modo como eu me defino e como os outros me definem num dado momento resulta de um processo dinâmico de influência recíproca entre a pluralidade de posições de sujeito que cada pessoa assume. Por posições de sujeito entende-se a posição que cada pessoa ocupa na hierarquia social, resultante da conjugação das várias pertenças que a caracterizam; a mesma pessoa pode assumir posições de sujeito diferentes em momentos e espaços diferentes.

Tal acontece porque a identidade é construída com base na interação social e nas experiências do indivíduo em relação com os outros, bem como nas interpretações subjectivas que cada pessoa faz dessas mesmas experiências (tomando um exemplo simples: se em Portugal eu talvez me defina apenas como uma mulher lisboeta, em férias no estrangeiro é possível que acrescenta a minha profissão e saliente que sou portuguesa e numa conferência sobre migrações posso preferir valorizar a minha actividade associativa ou definir-me como anti-racista, “esquecendo” que sou mulher).

A rejeição da visão essencialista das identidades é sustentada por várias autoras. Brah refere-se às identidades como sendo “*marcadas por la multiplicidad de posiciones de sujeto que constituyen el sujeto. Así, la identidad nunca está fija, ni es singular; es más bien una multiplicidad de relaciones en constante transformación*” (2004, p. 131).

Esta concepção é também partilhada por Chantal Mouffe: “A «*identidade*» de um sujeito tão múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixa na intersecção dessas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. (...) Isto não quer dizer que não possamos manter noções como as de «*classe trabalhadora*», «*homens*», «*mulheres*», «*negros*» ou outros significantes referidos a sujeitos colectivos. Porém, uma vez afastada a existência de uma essência comum, o seu estatuto deve ser concebido em termos daquilo que Wittgenstein designa por «*semelhanças de família*» e a sua unidade deve ser encarada como resultado da fixação parcial de identidades através da criação de pontos nodais” (Mouffe 1996, pp. 105-106).

A definição identitária é um processo simbólico que decorre, também, da expressão corporal e da exteriorização de símbolos materiais. Yuval-Davis realça que a especificidade de modos de vestir e de comportamento das mulheres, sobretudo quando têm um estatuto de minoria, frequentemente simboliza a identidade cultural do grupo e as suas fronteiras (Yuval-Davis 1997, p. 196). Estes símbolos materiais, de que o véu é o exemplo mais visível e polémico na actualidade, podem funcionar como “*guardacostas simbólicos*” (idem, p. 195)⁴, que identificam os indivíduos como elementos de um determinado colectivo e que, por isso, são instrumentos utilizados pelos grupos para se posicionarem, enquanto grupo, na estrutura social e se diferenciarem em relação a outros grupos.

Ora, as relações de poder desenvolvem-se de forma performativa, isto é, mediante práticas e imagens. Assim, as imagens contidas nos corpos físicos dos indivíduos e as imagens expressas através desses corpos, transmitem, também elas, mensagens identitárias específicas. Brah defende que uma vez que as relações de poder se constroem pela prática, também pela prática se podem desafiar as práticas opressoras: “*el cuerpo entero en toda su fisicalidad, mentalidad y espiritualidad produce poder*” (2004, p. 133). O uso de símbolos – que podem ou não ser de natureza religiosa – pode então ser entendido como um recurso estratégico dos indivíduos e/ou dos grupos para enfrentar as discriminações e adquirir poder.

Nesta óptica, a diferença não deriva necessariamente de uma hierarquia de opressão, mas o facto da diferença resultar em desigualdades ou em igualdade depende dos processos de articulação das várias categorias num determinado contexto social e histórico.

Interrogo-me então: em que situações o uso do véu por mulheres muçulmanas em França ou na Turquia está associado a relações de subordinação por via da pertença étnica, do género ou da classe? Que diferenças e que semelhanças poderemos encontrar entre a situação de uma professora universitária turca em Istambul e uma estudante francesa de origem argelina em Paris? Certamente que existem muitas diferenças na articulação das diversas posições de sujeito de cada uma destas mulheres, pois o facto de pertencerem a um dado grupo etário, a um grupo étnico, a uma classe social e estarem inseridas em sociedades distintas, sujeita-as a diferentes relações de poder e coloca-as em diferentes pontos da escala de hierarquia social de cada uma dessas sociedades.

E do mesmo modo nos podemos interrogar sobre as razões que conduzem mulheres europeias, brancas, a optar pela dedicação exclusiva à família em países como, por exemplo, Portugal e a Dinamarca. Poderemos analisar as suas escolhas como o resultado da opressão patriarcal sofrida por estas mulheres? Que semelhanças e que diferenças podemos encontrar nas situações vividas por mulheres portuguesas ou dinamarquesas, tendo em conta a sua inserção em sociedades com uma distinta estrutura social?

⁴ A autora alerta para o facto de que esta construção do “ser-se mulher” como símbolo da colectividade justificou violações sistemáticas de mulheres, nomeadamente durante a guerra na Bósnia (Yuval-Davis 1997, p. 196).

Na verdade, pode haver tantas respostas como perguntas porque a trajetória de cada pessoa está repleta de experiências, sendo algumas vividas de modo mais pessoal enquanto que outras se interligam indissociavelmente com a história dos grupos de que cada pessoa faz parte. Compreender a trajetória de cada mulher exige pois um olhar abrangente sobre a teia de relações onde ela está inserida, num espaço e num tempo específicos. Daí que as abordagens feministas nos proponham abandonar por completo os pré-conceitos que colocam uma “etiqueta de marca” em cada pessoa, catalogando-a e atribuindo-lhe uma identidade fixa como se se pudesse ser apenas “mulher” ou “empregada de caixa” ou “médica” ou “lésbica” ou “heterossexual” ou “jovem” ou “de terceira idade” ou “cigana” ou “branca” ou “muçulmana” ou “negra” ou, ainda, “de uma minoria étnica”.

A realidade não é ficção

O mais recente filme de Ken Loach, *“Ae fond kiss”* (“um beijo terno”, realizado em 2004), dá-nos a conhecer Tahara, uma jovem adolescente cujos pais são imigrantes paquistaneses, residentes em Glasgow, na Escócia.

Logo na primeira cena do filme, vemos Tahara, na sala de aula, de pé em frente aos seus colegas, a apresentar-se como uma mulher, como alguém que rejeita a concepção ocidental do islão, por não aceitar que esta associe o islão ao terrorismo, e como uma adepta dos Glasgow Rangers, que frequenta uma escola secundária católica. Ao mesmo tempo que o diz, desabotoa a blusa do uniforme escolar para revelar, por baixo, a t-shirt do seu clube de futebol.

Na segunda cena, vemos Tahara a sair da escola enquanto alguns colegas, rapazes, lhe dão encontrões, a agarram e a insultam dizendo para se despir e ouve-se alguém dizer que não faltava mais nada do que uma “paki” ser “betinha”. Percebe-se depois que esta não é a primeira vez que Tahara se vê envolvida em conflito com os seus colegas.

Mais tarde saberemos que o pai de Tahara antes de chegar à Escócia trazia já uma história de humilhações pois tinha fugido da Índia para o Paquistão, perseguido por ser muçulmano. É um pai que ambiciona para os filhos uma vida baseada nos seus valores religiosos, com casamentos dentro “da comunidade”, isto é, com paquistaneses (sendo que o conceito de paquistaneses é simbólico pois engloba pessoas nascidas e com nacionalidade do Reino Unido, as chamadas segundas ou terceiras gerações). Podemos, aliás, fazer desde logo uma pergunta: o que leva um pai muçulmano a inscrever a sua filha numa escola católica? Esta pergunta fica sem resposta e é só uma das questões que o filme aborda e que são reveladoras da gestão de valores plurais, por vezes conflituais, que os imigrantes e suas famílias fazem no dia-a-dia.

A razão pela qual achei importante descrever estes breves minutos de filme é a de que Tahara personifica a complexidade de questões com que as raparigas e as mulheres imigrantes ou de minorias étnicas se deparam no seu quotidiano e que foram analisadas anteriormente.

No que respeita a identidade, Tahara não se acomoda a uma definição simplista nem fixista das suas pertenças, combinando a multiplicidade de vivências numa definição complexa mas em que cada categoria – mulher, adepta de futebol, estudante numa escola católica que rejeita a associação do islão ao terrorismo – se complementa e se articula com as outras. Tahara não vê aqui contradições inconciliáveis. São os seus colegas que não aceitam essa pluralidade e a situam numa categoria rígida – “paki” – sem perceberem que Tahara não se revê nessa simplificação da realidade; são também os seus colegas que recusam que uma “paki” possa ser “betinha”, ou seja, não aceitam que alguém pertencente a uma minoria se integre no sistema dominante pelo que, em última análise, aceitam e reproduzem a hierarquização social.

A relação de Tahara com o irmão, Casim, oferece outros aspectos interessantes de análise. Casim já tirou o curso de contabilidade mas não pretende vir a ser contabilista; pelo contrário, ocupa as noites como dj e sonha em abrir a sua própria discoteca. Tem um visual muito moderno, como qualquer dj, e, para ajudar à história, apaixonou-se por uma professora de música da escola da irmã, Roisin – irlandesa, branca, separada de um casamento católico. É aliás a relação amorosa entre Casim e Roisin que constitui o núcleo central do filme, pois leva a uma série de conflitos interiores de cada um dos protagonistas, além de ser uma relação completamente rejeitada pela família de Casim, que já tinha um compromisso de casamento entre este e uma prima a residir no Paquistão.

Mas voltemos a centrar-nos na relação entre Casim e Tahara. Sendo Casim um noctívago convicto, disposto a contrariar todas as expectativas dos seus pais pela paixão por uma “goree” (termo que naquele contexto significa branca ou estrangeira), isso não o impede de proibir a sua irmã de frequentar a discoteca e de criticar o modo como está vestida (uma *t-shirt* justa e que mostra o umbigo). Embora ambos pertençam ao mesmo grupo étnico e assumam comportamentos e identidades que rompem fronteiras, Tahara está sujeita a uma subordinação que Casim não sente, uma subordinação que resulta do facto de ser mulher e que a coloca numa posição de obediência face ao irmão.

Estamos, portanto, em presença de uma combinação de factores relativos ao género, à classe e à etnicidade, que produzem relações de poder assimétricas e que colocam Tahara numa posição subordinada face à família e face aos colegas. E ainda que tentemos simplificar e aceitemos que na relação familiar possa existir um maior peso dado à diferença de sexo e noutra relação talvez predominem factores de classe ou étnicos, não podemos esquecer que em cada uma das relações – com o irmão, com a família, com os colegas, com a sociedade – a situação de Tahara é fruto de uma conjugação permanente das várias categorias de pertença e das relações de poder que daí decorrem.

A história de Tahara é relatada num filme, mas não é ficção. É a realidade de, por exemplo, jovens e adultos filhos de imigrantes caboverdianos ou angolanos nascidos em Portugal, com ou sem nacionalidade portuguesa, que tentam subir na escala social e que encontram múltiplas resistências. Desde logo, a resistência das representações, uma vez que os grupos sociais e as pessoas que constituem a sociedade portuguesa os identificam como estrangeiros e que, por os verem como estrangeiros, aceitam que possuam direitos diferentes dos nacionais. Não é ficção a situação de muitos jovens negros que vivem em bairros guetizados e que se esforçam por contrariar a pressão para a exclusão, ao

investirem nos estudos e tirarem boas notas, e que são apelidados pelos seus amigos e vizinhos de “betinhos”. Há também quem critique as raparigas negras de fazerem madeixas loiras no cabelo, como se assim perdessem a sua negritude quando, na verdade, a discussão de quem é “mais branco” ou “mais negro” continua a perpetuar a visão essencialista das identidades, colocando etiquetas nas pessoas e arrumando-as em gavetas onde a identidade está fixada na sua imutabilidade.

Ao longo do filme “*Ae fond kiss*” vemos que Tahara não se conforma com as discriminações e utiliza várias estratégias para enfrentar os factores que as condicionam. Nos filmes como na realidade, se as desigualdades estão interligadas, há que afrontá-las de forma transversal. As palavras de Avtar Brah sintetizam bem o imperativo de trabalhar em diversas frentes, em simultâneo, para combater desigualdades que são interdependentes:

“Parece imprescindible que no compartimentalicemos las opresiones sino que formulemos, en vez de ello, estrategias para desafiarlas conjuntamente sobre la base de una comprensión de cómo se interconectan y articulan”
(Brah 2004, pp. 135-136).

Bibliografia

ANDERSEN, Margaret L. (2001) «Restructuring for whom? Race, class, gender and the ideology of invisibility», *Sociological Forum*, vol. 16, nº 2, pp. 181-201.

BRAH, Avtar (2004) «Diferencia, diversidad, diferenciación», in Hooks, Brah, Sandoval & Anzaldúa (ed.) *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*, Madrid, Traficantes de sueños. MAPAS, pp. 107-136.

CATARINO, Christine, OSO, Laura (2000) «La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza», *Papers*, nº 60, pp. 183-207.

De FILIPPO, Elena; PUGLIESE, Enrico (2000) «Le donne nell’immigrazione in Campania», *Papers*, nº 60, pp. 55-66.

FERREIRA, Virgínia et al. (1998) *Shifting bonds, shifting bounds. Women, mobility and citizenship in Europe*, Lisboa, Celta.

JULIANO, Dolores (2000) «Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias», *Papers*, nº 60, pp. 381-389.

KING, Russell, ZONTINI, Elisabetta (2000) «The role of gender in the South European immigration model», *Papers*, nº 60, pp. 35-52

KOFMAN, Eleonore (1999) «Female 'birds of passage' a decade later: gender and immigration in the European Union», *International Migration Review*, vol. 33, nº 2, pp. 269-299.

KNOWLES, Caroline, MERCER, Sharmila (1992) «Feminism and antiracism: an exploration of the political possibilities», in Donald & Rattansi (ed.) *'Race', culture and difference*, London, SAGE Publications, pp. 104-125.

MOROKVASIC, Mirjana (1993) «'In and out' of the labour market: immigrant and minority women in Europe», *New Community*, vol. 19, nº 3, pp. 459-483.

MOUFFE, Chantal (1996) *O regresso do político*, Lisboa, Gradiva.

PERISTA, Heloísa (1998) «Mulheres em diáspora na União Europeia. Percursos migratórios e trajetórias profissionais e familiares», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 50, Fevereiro, pp. 153-165.

PHIZACKLEA, Annie (1998) «Migration and globalization: a feminist perspective», in Koser & Lutz (ed.) *The new migration in Europe. Social constructions and social realities*, Basingstoke, Macmillan, pp. 21-37.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. (1995) *Sociologia das migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

SERTÓRIO, Elsa, PEREIRA, Filipa Sousa (2000) *Mulheres imigrantes*, Lisboa, Ela por Ela

SUDBURY, Julia (1998) *'Other kinds of dreams'. Black womens' organisations and the politics of transformation*, London/New York, Routledge.

YUVAL-DAVIS, Nira (1997) «Ethnicity, gender relations and multiculturalism», in Werbner & Modood (ed.) *Debating cultural hybridity. Multi-cultural identities and the politics of anti-racism*, London, Zed Books, pp. 193-208